

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT01.108

A NOÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFRN

Carine dos Santos Bessa¹

Antônio Basílio Novaes Thomaz de Menezes²

RESUMO

Neste artigo incidimos o olhar sob as discussões de gênero no âmbito da formação inicial de professoras, analisando como a noção de gênero está contida nos documentos oficiais que norteiam a formação e prática de docentes e discentes do curso de pedagogia presencial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Neste intuito, realizamos uma pesquisa documental para comparar o que está inscrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, Resolução CNE/CP n. 02/2015 e o projeto pedagógico do curso (PPC) de pedagogia presencial da UFRN, tomando como espaço de tempo o decênio 2014-2024. Os dados sobre as violências de gênero justificam a necessidade de ampliação sobre a discussão, percebemos a escola como ambiente propício para este diálogo, e a universidade como o ambiente formador responsável por preparar professoras conscientes da necessidade de refletir e buscar práticas que venham a desconstruir narrativas machistas e misóginas oriundas da cultura hegemônica patriarcal. Para tanto, dialogamos com autoras que defendem um feminismo que busca a equidade de

1 Doutoranda pelo Curso Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, c.s.bessa14@gmail.com;

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, antonio.basilio@ufrn.br;

gênero, são estas: Guacira Louro (2014, 2022), Leila Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2011), Valeska Zanello (2022), bell hooks (2021). Como resultado destacamos: que as diretrizes só orientam superficialmente os cursos de ensino superior a tratar em seu currículo as questões de gênero, mas não determinam maiores posicionamentos; que o PPC de pedagogia da UFRN traz uma pesquisa na qual estudantes apontam o conteúdo de gênero como uma lacuna no processo formativo, bem como a falta de discussão e politização dos estudantes acerca das temáticas: gênero, identidade, ética, política, religião e cultura; Encontramos somente uma disciplina que faz parte dos componentes optativos do curso que em sua ementa propõe a discussão da temática, intitulada: Temas contemporâneos em Psicologia Educacional.

Palavras-chave: Formação de Professores, Gênero, Feminismo, Pedagogia, UFRN.

INTRODUÇÃO

A criação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) em 2015 no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi um importante marco na luta pela equidade de gênero, representa o reconhecimento pelo governo que programas, ações e políticas públicas precisam ser desenvolvidas para sanar esta problemática estrutural da sociedade ocidental. O órgão foi extinto no ano de 2016 pelo governo Temer, mas foi implantado no ano de 2023 o Ministério das Mulheres, no atual governo de Lula, que tem à frente como ministra de estado Márcia Lopes. O ministério tem como objetivo formular, coordenar e executar políticas e diretrizes para garantia dos direitos das mulheres com foco em educação, saúde, combate a violência e representatividade.

As discussões sobre gênero ampliaram-se no cenário mundial e nacional à medida que se percebe o quanto sua ausência tem causado danos a população, em especial a mulheres e pessoas transgênero, vítimas em expoencial das violências de gênero. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2023 mostram que a violência contra a mulher cresceu em 2022. Foi registrado aumento de 6,1% em 2022 por feminicídio³ (1.437 mulheres mortas) e aumento de 1,2% em homicídios dolosos de mulheres. A edição traz o maior número de registros de estupro e estupro de vulnerável da história (74.930), dentre as vítimas: 61,4% tinham no máximo 13 anos de idade e 88,7% eram do sexo feminino, sendo que em 82,7% dos casos o autor do crime era conhecido da vítima e 71,6% dos casos o local da violência foi a própria residência. Diante dos dados percebemos que se trata de uma violência arraigada no seio familiar, o ambiente no qual as mulheres deveriam se sentir mais seguras é justa-

3 30 feminicídio, tipificado pela Lei 13.014 de 2015, é categoria penal dada a toda morte de mulheres ocorrida por sua condição de gênero ou quando envolve violência doméstica ou familiar. Disponível em: [17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023 \(forumseguranca.org.br\)](https://www.forumseguranca.org.br) Acessado em: 20 fev. 2024.

mente onde estão mais expostas e vulneráveis, sendo crianças as maiores vítimas.

No cenário escolar percebemos a violência pela ausência das meninas e mulheres, segundo dados do PNAD 2022⁴ o principal motivo de ter deixado ou nunca ter frequentado a escola mulheres responderam: 24% porque precisava trabalhar; 22,4% por motivo de gravidez; e 10,6% porque tinham que realizar os afazeres domésticos ou cuidar de crianças e adolescentes. Segundo o Ministério da Saúde, no ano de 2020, cerca de 380 mil partos foram de mães com até 19 anos de idade, 14% de todos os nascimentos no Brasil.

As consequências da desigualdade de gênero como: o abandono escolar por conta da gravidez precoce, dos afazeres domésticos, do cuidado com crianças menores ou idosos, do feminicídio, da violência doméstica, do estupro são segundo Zanello (2022, p. 128): “a ponta de um iceberg cultural muito maior, que naturaliza e banaliza as violências contra as mulheres”. E por ser cultural é socialmente construído, por ser construído pode ser transformado. A autora destaca o papel fundamental da educação, da escola e da prática educativa em problematizar e desnaturalizar, a buscar caminhos para a construção de outras possibilidades para as relações de gênero.

Os dados que refletem como as relações de gênero interferem diretamente no aprendizado, performance e independência de meninas e mulheres na escola e na vida profissional, sendo a escola um importante equipamento para disseminação e discussão das relações de gênero e a professora responsável direta pela formação das alunas e alunos na fase escolar inicial, nos questionamos: Como escolas e professoras tem reagido sob esta cultura de misoginia? As professoras estão preparadas para fazer estas reflexões e discussões em sala de aula, no convívio com alunos, pais e seus pares? Como a academia, responsável pela formação inicial dessas educadoras tem fomentado reflexões e discussões para subsidiar

4 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> Acessado em: 15 ago 2024.

uma mudança de postura e posicionamento diante da desigualdade de gênero e suas violências?

Neste artigo propomos incidir nosso olhar sob as diretrizes orientadoras para formação inicial das professoras, nosso objetivo é analisar como a noção de gênero está contida nos documentos oficiais que norteiam a formação e prática de docentes e discentes do curso de pedagogia presencial da UFRN. Neste intuito, realizamos uma pesquisa documental para comparar o que está inscrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, Resolução CNE/CP n. 02/2015, documento normatizador da formação inicial e continuada de professores; o projeto pedagógico do curso (PPC); e os componentes curriculares ofertados. Tomaremos como base o decênio do Plano Nacional de Educação de 2014-2024, visto que o último PPC disponível do curso de pedagogia presencial da UFRN data de 2017, e tem como referencial em seu escopo os documentos oficiais citados acima.

METODOLOGIA

A pesquisa inicial se deu sob a revisão bibliográfica das categorias gênero e formação de professoras pedagogas, para tanto nos debruçamos sobre os estudos de Guacira Louro (2014, 2022), Leila Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2011), Valeska Zanello (2022), bell hooks (2021), percebemos a estreita ligação entre a construção da categoria gênero na sociedade e suas possibilidades de reconstrução junto as práticas educativas de professoras pedagogas atuantes no ensino fundamental, responsáveis por parte da formação de crianças nesta fase escolar.

Paralelo a este movimento consultamos os dados sobre as violências de gênero nos relatórios oficiais do Estado, constando que em sua maioria as vítimas são meninas em fase escolar do ensino fundamental e que as violências costumam ocorrer dentro de casa por agressores conhecidos das vítimas, o que se deduz em mais um dado para reafirma a necessi-

dade de ser trabalhado com urgência as questões de gênero e violência de gênero nas escolas.

Seguindo a linha de raciocínio nos questionamos se as professoras são preparadas para estas discussões na escola e em sala de aula, visto o cenário de discussões que se dá sobre o currículo escolar e as questões de gênero tão debatidas na contemporaneidade. Buscamos para isto analisar os documentos oficiais norteadores para a formação destas profissionais, no caso: as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 01 de julho de 2015; e o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Presencial⁵ (PPC, 2017) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Analise esta que resultou no presente artigo, e segue sua discussão abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O curso de Pedagogia é um ambiente historicamente constituído por mulheres, resultado de transformações sociais ocorridas a partir de meados do século XIX, quando a afetividade e o amor passam a ser considerados ferramentas facilitadoras para o processo de aprendizagem baseado nas teorias pedagógicas e psicológicas da época (Louro, 2014). A figura da professora enquanto responsável pelos primeiros aprendizados com as leituras e os números é vista como natural, seguindo as *performances* do cuidado, na perspectiva do dispositivo materno (Zanello, 2022). Assim, compõe-se o cenário majoritariamente feminino confirmado pelos dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEM)⁶, que no índice dos cursos de graduação traz o curso de pedagogia como o principal curso escolhido por mulheres para se formar no grau superior, no

5 Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000063 Acessado em: 03 jun 2025.

6 Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf> Acessado em 10 jun 2025.

ano de 2014: 13,3% com 628,4 mil concluintes. E no ano de 2021 (último censo): 13,7% com 809,2 mil concluintes.

Segundo os dados do Censo 2021 disponibilizados pelo RASEM o curso de pedagogia continua sendo o mais procurado (257.569 ingressantes), seguido por Administração (174.509 ingressantes); e o que mais tem formado as mulheres brasileiras (153.110 concluintes) seguido por Direito (66.591 concluintes). Observamos assim, que mesmo diante de todas as dificuldades vivenciadas no cenário educacional as mulheres continuam interessadas na formação pedagógica, inclusive com crescimento tanto na escolha do curso quanto no quantitativo de concluintes.

Para Louro (1997, p. 21): “... as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos.” Tratando-se o curso de pedagogia um espaço majoritariamente feminino, acredita-se ser este, um espaço propício para reflexões e discussões sobre as dificuldades e violências sofridas pelas mulheres na sociedade. Mas para tanto, se faz necessário fazer algumas ponderações: saber quais as diretrizes e orientações para estes espaços, quem as elabora, e se essas orientações são seguidas pelas instituições de ensino superior.

AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os cursos de pedagogia são regidos pelo Ministério da Educação, que tem como orientação além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 01 de julho de 2015, que defini: “...os princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições

de educação que as ofertam”. Documento que analisamos na perspectiva de encontrar orientações sobre abordagens do tratamento e ensino sobre as relações de gênero no âmbito da formação inicial de professores. Ao longo do texto encontramos quatro menções ao termo gênero relacionado a formação inicial de professores, que trataremos abaixo:

No Capítulo I, que aborda as disposições gerais para elaboração do projeto pedagógico de curso (PPC), as diretrizes definem que o mesmo deve ser desenvolvido a partir da articulação entre a instituição de ensino superior e o sistema de educação básica, contemplando além da formação teórica e interdisciplinar, espaços para a práxis docente, de acordo com o contexto educacional da região, observando inclusive: “VI – as questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade.”

No segundo capítulo, referente a formação dos profissionais do magistério para educação básica: Base Comum Nacional, pauta sobre a educação como processo emancipatório e permanente, devendo as instituições formadoras conduzir egressos capazes de: “VIII - à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras;”

No terceiro capítulo que trata do egresso e da sua formação inicial e continuada o documento norteia que o egresso deverá possuir informações e habilidades suficientes para um exercício profissional fundamentado nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, estando apto a: “VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de

gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;”

Por fim, no Capítulo V que trata da estrutura e currículo dos cursos de formação inicial do magistério da educação básica: § 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PEDAGOGIA PRESENCIAL DA UFRN

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), de acordo com o Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Presencial⁷ (PPC, 2017), a primeira turma do curso de pedagogia teve início em 1961, com reconhecimento apenas em 1976 pelo Decreto Federal de nº 77.499. O referido documento traz além do histórico, as seções: diagnóstico do curso e sua metodologia; justificativa; objetivos; perfil do formando; metodologias e princípios do curso; estrutura curricular; infraestrutura física e de pessoal; avaliação; suporte para execução do projeto; referências; anexo e certidões.

Na sessão histórico do curso observamos as atualizações ocorridas no currículo para acompanhar as mudanças da sociedade e suas necessidades. O primeiro Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Pedagogia 001 foi aprovado em agosto de 2009: “dando ênfase à formação da pedagoga como profissional do processo educativo que tem na docência a base de sua identidade profissional”. A partir deste primeiro PPC que

7 Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000063 Acessado em: 03 jun 2025.

se desenvolveu a elaboração do segundo, datado de 2017, para isto, de acordo com o documento foi realizado um amplo processo de discussões, coordenado pelo Núcleo Docente Estruturante no qual se ouviu docentes e discentes do curso de pedagogia presencial da UFRN.

Na premissa de atingir nosso objetivo de analisar a noção de gênero no curso de pedagogia da UFRN realizamos uma leitura atenta deste PPC. A primeira menção que encontramos foi justamente no levantamento realizado sobre as necessidades não sanadas pelo currículo. Os alunos apontaram lacunas na sua formação, sugerindo novos componentes curriculares, dentre eles: Educação Social; Ética; Filosofia; Gênero; Política. Nesta perspectiva o documento traz o registro discentes de que “houve posicionamentos que indicam a existência de um curso ainda pouco politizado, bastante técnico, com uma formação conformadora e insuficiência de discussões acerca de temáticas como gênero, identidade, ética, política, religião e cultura.”

Nos objetivos apresentados não encontramos nenhuma menção sobre o termo gênero, o objetivo que mais se aproxima a temática seria o descrito abaixo:

Formar pedagogas/os pesquisadoras/as da e na sua prática com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, sensível às diferenças, capaz de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras; comprometido com as práticas educativas problematizadoras em espaços escolares e não escolares (UFRN, 2017, p.26).

Na seção Metodologia e princípios do curso, encontramos uma extensa discussão sobre os princípios que devem orientar a formação das pedagogas, são citados: interdisciplinaridade; relação teoria e prática; prática como princípio formativo; adequação do curso ao contexto social e aos estudantes. Ao discutir o princípio da “adequação do curso ao contexto e aos estudantes o documento orienta vincular este ao princípio da formação integrada à realidade social integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRN, orientando que:

Em função disso, e da indicação presente nas Diretrizes Curriculares de Pedagogia (2006) e de Formação para o Magistério (2015), propomos a expansão da presença no curso de conteúdos relacionados a: políticas públicas; direitos humanos; inclusão; diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, os quais aparecem como componentes curriculares específicos, como temas orientadores dos Ateliês de Saberes, e ainda como conteúdos que atravessam diferentes componentes obrigatórios e optativos; e a organização de Núcleos de Aprofundamento e Diversificação definidos a partir de sugestões de docentes e discentes (UFRN, 2017, p. 31-32).

De acordo com o documento o objetivo desta proposta é atender a solicitação dos discentes sob aprofundamento e autonomia para especificações de atuação da profissão. Os Núcleos disponibilizados são: Educação Especial Inclusiva; Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular; Fundamentos da Educação; Gestão e Coordenação Pedagógica; Linguagem e Alfabetização; Tecnologias da Educação. Estes núcleos devem ofertar obrigatoriamente e semestralmente um componente optativo de seu eixo temático, os discentes podem optar por cursar tais disciplinas.

Na seção que trata sobre a estrutura curricular há uma preocupação em reafirmar o compromisso da universidade pública com outras instituições públicas, dando ênfase as escolas públicas para melhor atender às camadas populares:

Nessa dimensão, o desafio é possibilitar ao estudante de Pedagogia conhecer os problemas do seu tempo e lugar, relacionados ao elevado nível tecnológico e de avanço do conhecimento, em contraposição às marcas de exclusão social, para intervir nessa realidade, transformando a prática pedagógica em prática social inclusiva (UFRN, 2017, p. 40).

A única disciplina que encontramos no documento que faz menção as relações de gênero, foi a disciplina: Temas contemporâneos em psicologia educacional, com carga horária de 60 horas, sendo essa, um componente optativo avulso do Núcleo de educação de jovens e adultos e educação popular, que traz como ementa: “Temas contemporâneos presentes na escola e na sociedade refletidos a partir do enfoque da Psi-

ciologia Educacional, tais como indisciplina, dificuldades de aprender, sexualidade, relações de gênero, relações interpessoais, violência, entre outras temáticas pertinentes ao contexto escolar”.

A NOÇÃO DE GÊNERO NAS INSTITUIÇÕES

Em resposta aos avanços das violências resultantes da desigualdade de gênero, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolve a temática em um de seus ODS⁸ (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), o de número 5 – Igualdade de gênero: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Para atingir tal objetivo são definidas diversas metas que propõem do combate a discriminação e violência ao empoderamento feminino por meio do conhecimento.

Essas metas vão de encontro as orientações do poder hegemônico que visam a manutenção do sistema. Para Silva *et al.* (2020) que estuda as teorias da biopolítica de Michel Foucault que incidem sob o Estado Neoliberal alinhado ao conservadorismo que dissemina o individualismo em detrimento aos interesses coletivos na política, na educação, nas ciências, invisibilizando grupos e debates de acordo com seus interesses: “[...] projetos de governo neoliberais criam políticas e normas, que visam regular, através de dispositivos de controle, diversas produções acadêmicas, dentre elas, os estudos de gênero e sexualidades, retirando-os de uma esfera do aparecimento (Silva, 2020, p. 130)”. Situação evidenciada por Basílio (2017)⁹, sob a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento norteador da educação que no ano de 2017, na sua versão final, sofreu o apagamento dos termos “gênero” e “orientação sexual” dos artigos que tratam das competências e habilidades requeridas aos estudantes.

8 Disponível em: [ODS 5 - Igualdade de Gênero - Ipea - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável](#). Acessado em 05 ago 2024.

9 Disponível em: [A sociedade perde ao não discutir gênero na escola - CartaCapital](#). Acessado em: 20 fev. 2024.

Silva *et al.* (2022) destaca que a temática gênero ao mesmo tempo que atravessa todas as disciplinas e conteúdos escolares é negligenciada nas formações de licenciatura: “O quê se traduz em um “silêncio naturalizado”, como se não fizessem parte do cotidiano vivenciado nas escolas e como se não estivessem ligados aos aspectos sociais e políticos, relevantes para a educação (Silva *et al.*, 2022, p. 180)”. Para a autora este ocultamento que se propaga da formação para a prática docente pode influenciar diretamente no cotidiano escolar, contribuindo para o silenciamento da luta pela equidade de direitos e para a naturalização da desigualdade.

Essas evidências são desdobramentos do crescimento dos movimentos ultraconservadores, aqui podemos citar o Escola sem Partido que segundo Carta Capital (2018)¹⁰: “tem por objetivo coibir uma suposta “doutrina ideológica” dos professores e professoras, que inclui também abordagens de temas como gênero, raça e sexualidade no ambiente escolar”, denominada como “ideologia de gênero”. Segundo Bárbara Lopes¹¹ (2024), coordenadora do projeto Gênero e Educação da Ação Educativa: “Diante do cenário marcado pela perseguição contra docentes e estudantes, fomentado pelo ultraconservadorismo, comunidades escolares são as mais prejudicadas pelo atravessamento da cultura de ódio e pelo sentimento de auto-censura”, alertando que são os estudantes os que mais sentem necessidade da discussão de gênero e raça nas escolas.

O quê nos leva a outro questionamento: quem são as estudantes do curso de pedagogia presencial da UFRN, que irão se formar e atuar nas escolas? Futuras pedagogas, responsáveis pela formação das crianças tanto de camadas populares quanto de camadas privilegiadas da sociedade. Segundo Gatti *et al.* (2019) os estudantes de licenciaturas são em sua grande maioria a primeira geração da família a cursar um nível supe-

10 Disponível em: [Três ideias sobre doutrinação e “ideologia de gênero” na escola que são falsas – CartaCapital](#). Acessado em: 20 fev. 2024.

11 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/na-conae-associacoes-reivindicam-debate-sobre-genero-no-plano-nacional-de-educacao/>. Acessado em: 21 fev. 2024.

rior, destacando um baixo nível geral de escolarização de seus familiares, o que também acarreta a presença de fortes marcadores sociais e culturais na determinação da trajetória escolar dos estudantes, revelando que cabe as instituições proporcionar as devidas discussões para ampliação do repertório destes futuros profissionais:

Mas evidencia também o peso das instituições educativas na modelagem dessas trajetórias, criando as condições de reprodução das desigualdades sociais por meio das desigualdades de oferta educativa que por elas são reproduzidas e alimentadas no bojo de uma sociedade tão pouco equitativa como a brasileira (Gatti, 2019, p. 148).

O curso de pedagogia para além do marco social das licenciaturas, traz a marcação do gênero, que segundo Gatti *et al.*: “À semelhança do papel que desempenharam os cursos normais do século passado, os cursos de Pedagogia são uma das mais importantes, senão a principal porta de acesso ao ensino superior das mulheres mais pobres e, em proporções significativas, menos brancas, que estão acendendo a esse nível de escolaridade (Gatti *et al.*, 2019, p. 161)”.

Essas marcações sociais de gênero e raça nos cursos de pedagogia dialogam diretamente com as reflexões realizadas por Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro precursoras brasileiras das discussões que interseccionam sexo e raça. Para Gonzalez (2020), estes marcadores sociais são consequências do processo de colonização brasileiro e estão inseridos na estrutura cultural de nossa sociedade, tornando a mulher negra a maior vítima das violências sociais visto que, está no extremo oposto do idealismo eurocêntrico, o homem branco. Segundo a autora:

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sócias mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa (Gonzalez, 2020, p. 42).

Gonzalez (2020) faz sua análise social brasileira e desenvolve suas discussões entre os anos de 1975 a 1995, constatando que a sociedade daquele período atribuía a mulher negra dois papéis sociais: a de doméstica e a de mulata, símbolo sexual, desdobramentos do mito da democracia racial brasileira. Ao longo dos textos a autora conta da evolução do papel atribuído às mulheres negras na sociedade brasileira: de “mãe preta” e mucamas à domésticas e mulatas. Mas, as funções desempenhadas por estas mulheres contribuíram de forma significativa pra os processos culturais, como ilustra a autora ao descrever a “mãe preta”:

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Jr. Essa criança, esse *infans*, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito a internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai (Gonzalez, 2020, p. 88).

Gonzalez (2020) incide que a “mãe preta” acaba por “dar uma rasteira” na branquitude, visto que ela ensina e conta o quê quer ensinar e contar aos infantis que estão sob seus cuidados, daí surge sua defesa em nome da linguagem “pretuguês” que não se limitaria a linguagem falada, mas a todos os símbolos e significados da cultura africana, germinada em todo o território brasileiro. A partir desta análise, refletimos: não seria a pedagoga, uma extensão, uma descendência dos papéis atribuídos a mulher negra na sociedade, visto que carrega o mesmo estigma do cuidado com os infantis como da “mãe preta”? Sendo esta, responsável por educar os infantis? Ao mesmo passo, nos questionamos, não seriam as pedagogas um veículo de formação cultural?

Em caso de afirmação, nos deparamos com um novo entrave, quem prepara as pedagogas para a profissionalização? A universidade. Visto sua origem, esta carrega em seu âmago as ideologias eurocêntricas, e estão

imersas ao sistema capitalista que por sua vez impõe suas transformações, que segundo Laval (2023), segue as tendências de uma “universidade empresarial” ou “neoliberal”, alterando não somente os modos de governança destas instituições mas, suas finalidades e funções sociais: “A nova regulação do sistema universitário e a ideologia que os acompanham fundam-se no primado absoluto da competição e da obrigação de performance neste mercado”. Nesta perspectiva, observa-se (Laval, 2023): o aumento do poder e autonomia de reitores e o enfraquecimento dos colegiados; declínio dos recursos públicos e aumento do financiamento privado; a transformação do conhecimento de um bem comum para um bem econômico apropriável; burocratização de avaliação e financiamentos para pesquisa; o pesquisador é avaliado pela quantidade do que produz; e são as autoridades políticas que determinam os objetivos considerados estratégicos para a pesquisa, bem como o valor profissional do trabalho do professor-pesquisador, visto que são estas que detêm o aporte de financiamento.

Percebemos que os conceitos da “universidade neoliberal” que adentram as universidades brasileiras em suas engrenagens estruturais, também adentram as instâncias governamentais que norteiam o fazer acadêmico. Na contramão deste movimento, Almeida (2019) destaca que é pulsante e imperioso que os educadores das universidades públicas tomem para si o desafio:

Em síntese, é urgente regenerar o *topoi* de pensamentos mais imaginativos, criativos, utópicos. É urgente pautar uma reflexão fundamental que ultrapasse as pautas tecnocratas indigentes, insuficientes, misteriosas, empobrecidas e perigosas, que nos são impostas pelas mídias, pela classe empresarial e, sobretudo, pelos discursos fanáticos, estéreis e históricos. É urgente que as universidades públicas assumam a missão de politizar o pensamento. E isso até mesmo para que as ciências e a educação possam fazer jus ao lugar de destaque que ocupam nas sociedades (sobretudo as ocidentais) e cumpram o que se espera de sua função social: dizer a verdade ao poder; instigar um pensar bem; fazer das ciências e das universidades instrumentos capazes de restaurar práticas sociais, pessoais

e cognitivas mais libertárias e democráticas (Almeida, 2019, p.17).

Ao encontro dos pensamentos criativos e utópicos que vislumbremos a possibilidade de politizar as discussões no curso de pedagogia, oportunizar uma formação mais pragmática e crítica. Se fazer perceber a pedagoga, enquanto agente formadora de cultura, e vislumbrar no horizonte uma sociedade mais justa, equânime, que respeite e valorize o ser mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na leitura das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, Resolução CNE/CP n. 02/2015, de 01 de julho de 2015, percebemos uma preocupação com a formação de profissionais da educação de forma ampla, considerando as dimensões sociais, culturais numa perspectiva histórico crítica, inclusive citando em seus itens a atenção e respeito as diversidades em relação a: ambiental-ecológica, étnico-racial, de gênero, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras. Indicando inclusive que as instituições de ensino superior devem incluir em seus currículos além dos conteúdos específicos, uma formação direcionada aos fundamentos da educação, de políticas públicas e gestão da educação, direitos humanos, e diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Mas, não percebemos uma orientação mais efetiva e posicionamento mais eficaz sobre a temática, transparecendo superficialidade.

Na análise do Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia Presencial (PPC, 2017) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, observamos nas pesquisas iniciais de sondagem e planejamento do instrumental a presença do termo gênero, citado como lacuna no processo de

formação dos docentes, bem como a falta de discussão sobre politização dos estudantes acerca das temáticas: identidade, ética, política, religião e cultura. Encontramos somente uma disciplina que faz parte dos componentes optativos do curso que em sua ementa propõe a discussão da temática, intitulada: Temas contemporâneos em Psicologia Educacional.

Traçando um diálogo entre autoras e autores que tratam da formação inicial de professores e das questões de gênero e raça percebemos que o curso de pedagogia desde sua origem é composto por um público majoritariamente feminino, e de acordo com pesquisas em sua maioria por mulheres negras que desde os primórdios da sociedade brasileira pós invasão europeia, lhes é atribuída a função social de cuidar das crianças, o que também lhes atribui a função de formadoras culturais.

Mediante o cenário, nos questionamos: o porquê da universidade – responsável pela formação das pedagogas – não proporcionar com maior eficácia as discussões sobre gênero na perspectiva que estas discussões adentrem os espaços escolares e se espalhem pelas instituições sociais nutrindo a reflexão sobre as violências sofridas pelas mulheres brasileiras; desvelando o silenciamento e a invisibilidade que dificulta o acesso e permanência de meninas na escola; de mulheres em cargos de maior destaque no mercado de trabalho; de equidade salarial; oportunidades de estudos e pesquisas científicas; acesso a cursos de ciências e tecnologias; e que matam tantas mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Educação e Democracia: os desafios das Universidades Públicas**. Educação em Questão, Natal, v. 57, n. 52, p. 1-19, e- 17150, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n52>.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: [17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2023 \(forumseguranca.org.br\)](https://forumseguranca.org.br) Acessado em: 20 fev. 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher: RASEAM 2025**. Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 02**, de 1º de julho de 2015. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / organização Guacira Lopes Louro; tradução Tomaz Tadeu da Silva. - 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade [recurso eletrônico]** / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

Gatti, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil: novos cenários de formação** / Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. - Brasília: UNESCO, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.

IMBERNÓN, Francisco. **Ser docente en una sociedad compleja: la difícil tarea de enseñar**. Barcelona: Editorial GRAÓ, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua 2022: indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html> Acessado em: 15 ago 2024.

LACERDA, M. T. R. **Personagens transgressoras das animações infantis: gênero e protagonismo feminino nos espaços de formação pedagógica**. 2023. 138 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Formação de Professores) .- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2023.

LAVAL, Christian. **Da universidade neoliberal à universidade como comum**. Tradução de Valdemar Blog Valdemar Sguissardi. Disponível <https://vsguissardi.com.br/da-universidade-neoliberal-a-universidade-como-comum/>

LOURO, **O corpo educado: pedagogias da sexualidade** / organização Guacira Lopes Louro; tradução Tomaz Tadeu da Silva. - 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

OLIVEIRA, A. L.; OLIVEIRA, G. Políticas de gênero e sexualidade na educação brasileira: crise hegemônica e novos eixos de disputa. In: LOPES, A.; OLIVEIRA, A. L.; OLIVEIRA, G. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SILVA, R. G.; RODRIGUES, A. F. F.; FERNANDES, D. P. da S.; ALVES, K. M. da C. V. Neoliberalismo e educação: notas de uma racionalidade excludente. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 45, n. 1, p. 123-133, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61160>.

SILVA, S. M. P. da, ALBUQUERQUE, Z. S. de, MOTTA, D. das G. (2022). Corpos e diversidade na formação docente continuada: possibilidades em tempos sombrios. **Revista Educação E Emancipação**, São Luís, v. 15, n. 3, p. 175-202, set./dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v15n3.2022.35>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto Político Pedagógico e Curricular do Curso de Pedagogia Presencial**. Natal, 2017. 1 documento, curso de pedagogia, modalidade presencial. Disponível em: Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=2000063 Acessado em: 03 jun 2025.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**/ Valeska Zanello. - 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska. **Prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações**/ Valeska Zanello. - 1. ed. Curitiba: Appris, 2022.